Movimentos se unem contra a violência e assassinatos no campo

Nos últimos 15 anos, mais de 1.500 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo. Destes casos apenas 91 foram julgados, com 74 executores e 21 mandantes condenados. Perguntamos onde está o Estado de todas e todos? Onde estava o Estado quando Abiner José da Costa e Edeoton Rodrigues do Nascimento, do PDS Bordolândia, foram assassinados durante o bloqueio da BR 158? Até o momento não se tem nenhum resultado da apuração desses crimes: cada um desses trabalhadores deixou cinco filhos órfãos. O Estado é omisso e complacente com o crime organizado praticado no campo, culminando assim com a eterna impunidade dos mandantes e executores desses crimes.

Os trabalhadores e trabalhadoras da cidade não podem ficar calados diante das diversas formas de violência que ocorrem no campo. São agressões que variam desde as psicológicas até o derramamento de sangue de inocentes. Um exemplo disso foi o que ocorreu em 25 de maio deste ano, no Pará, com o assassinato do casal de ambientalistas, José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. Essas pessoas lutavam pela sobrevivência na terra e em defesa da vida. Os assassinos, até o momento, não foram presos.

Os padres Paulo César e Zezão, que atuam no Estado de Mato Grosso, foram surpreendidos, recentemente, com diversas ameaças feitas por representantes dos latifundiários e grileiros, da região, que insistem em continuar investindo contra a ordem pública, ameaçando e suprimindo vidas com a certeza da impunidade. Queremos lembrar que os companheiros religiosos, assim como muitos (as) combatentes, lutam juntamente com a comunidade pela efetivação do PDS Bordolândia.

A condenação das comunidades tradicionais e dos trabalhadores do campo à própria sorte, bem como a degradação do meio ambiente, possui responsáveis nominados e o agronegócio é um deles. Se o Estado cumprisse com as suas obrigações constitucionais e promovesse as políticas necessárias para que a terra cumpra a sua função social, a situação seria diferente. Ao invés disso, vemos o Estado regulando-se pelo mercado, a ponto de abdicar de suas obrigações republicanas.

Diante desses fatos queremos deixar aqui o nosso repúdio à qualquer forma de violência acometida ou que se venha a acometer contra trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas representações. Queremos, também, pela sua omissão, responsabilizar o Estado brasileiro pelos atos passados e por qualquer outro tipo de violência contra a integridade física e moral que venha ocorrer contra esses trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas representações.

Nós trabalhadoras e trabalhadores da cidade, integrantes dos diversos sindicatos e entidades de classe, vimos de público denunciar essa barbárie e manifestar o nosso apoio aos trabalhadores do campo, lideranças de movimentos sociais e entidades de luta pela terra, agentes de pastorais, padres, freiras e a todos os lutadores e lutadoras que, incansavelmente, dedicam suas vidas em defesa dos mais pobres e de suas lutas por terra para produzir e viver dignamente.

Entendemos que os problemas existentes hoje no campo são decorrentes da falta de políticas públicas e de compromissos dos governantes com um país digno para cada cidadão e cada cidadã. Esses problemas remontam de todo um passado, alcançando, na atualidade, indicadores que não escondem essa tragédia continuada: o Brasil, ao mesmo tempo em que desponta como uma das mais expressivas economias do mundo amplia, na mesma proporção, as suas desigualdades sociais.

Nós, Entidades da Cidade, renovamos nossos compromissos com a luta dos trabalhadores rurais por terra para trabalhar, produzir e viver dignamente. Lutamos para retirar o Brasil do triste segundo lugar na escala mundial em relação à concentração de terras nas mãos de poucos, com milhares de brasileiros e brasileiras vivendo em situação de miserabilidade, seja como acampados, na beira das estradas, ou indigentes nas periferias dos grandes centros. Queremos uma verdadeira reforma agrária que aplaque de vez a violência e as injustiças presentes no meio rural, assegurando às comunidades

tradicionais e aos trabalhadores e trabalhadoras do campo o provimento pleno de seus direitos fundamentais - garantidos pela Constituição.

ASSINAM:

CUT-DF – Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal

CNASI – Confederação Nacional das Associações dos Servidores do INCRA

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

FNP – Federação Nacional dos Portuários

SINPRO-DF – Sindicato dos Professores do DF

SINDSEP-DF – Sindicato dos Servidores Públicos no Distrito Federal

SINTTCONV – Sind. dos Trab. em Transportes de Passageiros e Cargas da Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso do Goiás

ABRA-DF – Associação Brasileira de Reforma Agrária do DF

ASSERA-BR – Associação dos Servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário

AEA-DF – Associação dos Engenheiros e Agrônomos do Distrito Federal

AAC – Associação dos Amigos da Cachoeirinha DF/GO

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

Fórum do Distrito Federal e Entorno pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

(28/7/2011)

Fonte:

http://www.observatoriosocial.org.br/portal/noticia/878